

Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica

Considerations on the analysis of newspapers as historical resources, in their diachronic and synchronic perspective

José D'Assunção Barros¹

joseassun57@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

Resumo: O artigo aborda o uso dos jornais como fontes históricas, com especial atenção ao problema de que os jornais a serem analisados pelos historiadores precisam ser vistos como inseridos em uma rede de concorrência formada por outros jornais que disputam o mesmo público-leitor ou diferentes tipos de público. A exemplificação incide sobre dois momentos na história da imprensa brasileira, relacionados à cidade do Rio de Janeiro: a Primeira República, na qual os jornais já se achavam inseridos em uma rede mercadológica capitalista, e o Brasil do princípio do século XIX, na qual os jornais tinham principalmente um propósito político e lidavam ainda com pequenas tiragens, sendo habitualmente comandadas por um pequeno grupo de pessoas. O propósito do artigo, além da reflexão metodológica inicial, é discutir a importância deste aspecto – a inserção dos jornais em uma rede – e o exemplo proposto é apenas um caminho para abordar o problema.

Palavras-chave: jornais, imprensa, metodologia, fontes históricas, historiografia.

Abstract: The article discusses the use of newspapers as historical sources, with special attention to the problem that the newspapers analyzed by historians need to be seen as part of a competition network formed by other newspapers that dispute the same public/readers or different sectors of the public. The example focuses on two moments in the history of the Brazilian press, related to the city of Rio de Janeiro: the First Republic, in which newspapers were already inserted in a capitalist marketing network, and Brazil at the beginning of the 19th century, in which newspapers had mainly a political purpose and also had short runs, and were usually led by a small group of people. The purpose of the article, in addition to the initial methodological reflection, is to discuss the importance of this aspect – the insertion of newspapers in a network – and the proposed example is one way to approach the problem.

Keywords: newspapers, press, methodology, historical sources, historiography.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto Multidisciplinar – Departamento de História. Av. Governador Roberto Silveira s/nº. Bairro Moquetá. 26285-060 Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil.

Periódicos: forma impressa, periodicidade e disponibilização pública

As redes de concorrência constituem um aspecto fundamental na análise de jornais como fontes históricas – particularmente no que concerne às grandes cidades. Neste artigo, com a intenção de contribuir para a metodologia de análise historiográfica de jornais, nosso objetivo será o de confluir para uma discussão deste aspecto em especial. Não obstante, visando uma definição e uma reflexão introdutória sobre o tratamento historiográfico de jornais, será interessante definir este tipo de fonte – pois os aspectos que se vinculam a esta definição incidem sobre o tema mais específico que discutiremos: o lugar da consideração da rede de concorrência neste tipo de análise. Antes de mais nada, para nos aproximarmos dos jornais como um tipo mais específico de fonte histórica, algumas perguntas já se colocam à partida. Que tipo de objeto é um jornal? Que finalidades cumpre? Que práticas a ele se filiam? A que demandas atende? Como afeta a vida dos homens e mulheres em sociedade e na sua vida particular?

Antes de mais nada, este ‘meio de comunicação’ e ‘produto cultural’ destinado à leitura, tão típico da Idade Moderna e Contemporânea, deve ser incluído no grupo mais amplo dos ‘periódicos’ – categoria que também inclui outras modalidades de publicações, como os boletins, almanaques, catálogos e revistas. Estas últimas, diga-se de passagem, rivalizam em importância com os jornais diários, constituindo ambos os principais modelos básicos de periódicos dos quais, de alguma maneira, todos os outros derivam ou se aproximam². Os periódicos são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra. Se serão vendidos ou distribuídos livremente, e se serão expostos em bancas de jornal ou disponibilizados em circuitos mais específicos, isto ainda não importa muito para que esta e aquela publicação possam ser classificáveis como periódicos. O essencial – as características matriciais que definem os periódicos – está na ‘periodicidade’ e na ‘forma impressa’, embora com a mais recente era digital tenham começado a aparecer novos modos de divulgação integral ou parcial para os periódicos, muitas vezes complementares ao modelo impresso. Ao lado disso, é

oportuno lembrar que, para além da ‘forma impressa’ e da ‘periodicidade’, a ‘publicização’ – ou a disponibilização a algum tipo de público – constitui a terceira característica essencial dos periódicos³.

A relação do tipo de periódico com cada um destes aspectos – o formato ou materialidade da ‘forma impressa’, o ritmo de disponibilização que define a ‘periodicidade’, e o modo ou abrangência da ‘publicização’ – permite compreender a combinação de fatores que define a diversidade de periódicos disponíveis nos tempos modernos. Mencionei atrás, como exemplos iniciais, os jornais, revistas, boletins, almanaques e catálogos, que são modelos de periódicos mais relacionados com os formatos, ou ainda com o tipo de periodicidade que rege sua publicização. Se considerarmos a abrangência e os tipos de públicos a que se destinam, ou outros aspectos como as finalidades de cada tipo de publicação, poderemos chegar a uma considerável variedade de publicações que unem a forma impressa, a periodicidade e a publicização. Há periódicos que atendem quase que exclusivamente a finalidades publicitárias, a exemplo dos catálogos de produtos disponibilizados com regularidade pela indústria ou pelo comércio para informação dos consumidores e vendedores. E há também publicações que, ao contrário dos jornais diários ou das revistas que são vendidas nas bancas de jornal para um número mais abrangente de indivíduos, são relacionadas a instituições muito específicas, tais como os sindicatos, associações de moradores, institutos profissionais ou científicos, museus, clubes e grêmios recreativos. Por fim, teríamos ainda os periódicos voltados para grupos sociais e culturais mais singulares, tais como os dos praticantes de determinado hobby ou esporte, os publicados por grupos demarcados por certas identidades étnicas, bem como os ligados aos movimentos sociais de todos os tipos. Da informação à cultura, entretenimento, representação de classe ou congregação política, as finalidades e ambientes dos periódicos se multiplicam. Considerando a sua importância cultural, social e mercadológica, as revistas de histórias em quadrinhos (HQs), para dar um último exemplo significativo, já constituem um grande e especial gênero de periódicos que desenvolveu uma linguagem própria, constituindo também uma nova forma de expressão artística e uma indústria específica, a qual terminou por ensejar, a partir da última metade do século XX, um diálogo importante com o cinema.

² O preço um pouco mais elevado, a regularidade mais espaçada de sua publicação, o tipo de papel, o formato mais similar ao dos livros, a encadernação com capa, e a possibilidade de uma maior especialização para certos tipos de leitores (nos casos em que não temos a abrangência temática típica da ‘revista de variedades’) são aspectos que podem demarcar bem o objeto-revista em relação ao objeto-jornal. Quanto mais adentramos o século XX, este contraste tende a se reforçar. Para a especificidade do impresso ‘revista’, cfe. Luca, 2011, p.121-123 e Scalzo, 2003.

³ Deste modo, um balanço periódico de uma empresa, direcionado para funcionários específicos em vista da realização de determinado trabalho, não deve ser caracterizado como um periódico, o que vale igualmente para outros relatórios deste tipo. O periódico se oferece à leitura de um certo público; não é a ele imposto.

Conforme podemos ver, ao lado das publicações relacionadas mais propriamente à grande e média imprensa – em especial os jornais diários e as revistas – é possível entrever uma rede bastante diversificada de publicações periódicas que procuram atender aos mais variados segmentos de leitores e às mais diversificadas finalidades. Também são múltiplos os ambientes sociais ou culturais nos quais cada um destes tipos de periódicos pode circular, e os modos como eles podem ser disponibilizados ao seu público ou segmento de população. Neste artigo, vamos nos limitar ao caso dos jornais diários e sua possibilidade de uso como fonte histórica pelos historiadores. Procuraremos considerar, à partida, um quadro mais geral de aspectos que são típicos dos jornais e que, a princípio, podem ser evocados conforme o esquema abaixo.

Jornais: periodicidade e largo alcance

Contemporaneamente, os jornais constituem um ‘meio de comunicação’ voltado para a captação das massas ou de segmentos ao menos significativos da população, com a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público – embora também exista uma margem relevante de jornais direcionados para setores mais específicos da população ou para grupos muito restritos, assim como jornais especializados em aspectos singulares como a economia, ciência, humor ou esporte. Esta tendência a abranger assuntos e âmbitos diversos, e, mais particularmente, a alternância e complementaridade que se dão entre o aspecto ‘noticioso / informativo’ dos jornais e os ‘textos de opinião’ neles presentes – estes já pertencentes declaradamente à ordem dos discursos – unem-se às duas já comentadas características centrais dos jornais: a periodicidade e o largo alcance. Para além destes aspectos essenciais, já nem mencionaremos o mais óbvio: o fato de

que os jornais se apoiam necessariamente em uma base discursiva textual-imagética, e de que materialmente são constituídos por cadernos de papel e por caracteres gráficos neles impressos. Foi com vistas à elaboração de uma síntese adequada que, no quadro anterior, registramos alguns dos principais aspectos inerentes aos jornais, particularmente no mundo contemporâneo.

Deve-se notar que, no início de nosso empenho em definir o que são os jornais, utilizei a expressão ‘meio de comunicação’. Frequentemente, podemos nos deparar com a referência de que os jornais constituem um ‘meio de informação’, o que não deixa de ser também verdade. Todavia, a face ‘meio de comunicação’ costuma se sobrepor, nos jornais, à face ‘meio de informação’, principalmente aos olhos dos historiadores e sociólogos. Isto ocorre porque os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem. O fato de ser um ‘meio de comunicação’ interfere na função jornalística de se propor a ser um ‘meio de informação’, e este aspecto precisa ter uma centralidade na análise dos historiadores. A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos.

Voltemos, neste instante, à síntese das características que conformam os jornais como uma modalidade específica de periódicos e como uma forma singular de mídia, além de transformá-lo em uma possibilidade muito peculiar de fonte histórica. Tão importante quanto compreender a ‘periodicidade’ e ‘abrangência’ de assuntos e público leitor que são típicas dos jornais diários, para os objetivos da análise historiográfica é fundamental compreender ainda que um jornal não é formado por um único texto, mas sim por um conjunto de textos. Para evocar esta característica, utilizaremos a expressão ‘polifonia de textos’. Assim, se uma carta ou qualquer outro tipo de correspondência conforma um único texto – o que também ocorre com outros tipos de fontes como o livro autoral, o diário, e inúmeros documentos de arquivos como os testamentos, as certidões, e assim por diante – temos no jornal um conjunto articulado de textos distribuídos em diferentes seções e escritos por uma variedade de autores e redatores. Este aspecto, que ajuda a definir o jornal como uma ‘produção multiautoral’ – ainda que nem todos os autores dos textos jornalísticos sejam nomeados – faz dos jornais modernos um tipo de fontes nas quais a regra é a alternância de muitas vozes e diferentes agentes discursivos. Assim, um determinado jornal pode responder por um único nome

Quadro1: Oito características essenciais dos jornais



– *O Jornal do Brasil*, *The Times* ou *Le Monde* – e em torno deste nome pode-se apresentar uma certa identidade e estilo dominante, ou predominar uma tendência menos ou mais bem definida de posicionamentos políticos; mas cada nova edição deste jornal abriga de fato uma diversidade considerável de autores, ocultos ou não. Lidar com uma fonte multiautoral, como no caso dos jornais diários, é diferente de lidar com uma fonte monoautoral, como a correspondência, a obra literária ou o relatório administrativo. O fato de que os jornais se dirigem a um universo amplo e diversificado de leitores também os distingue de outras fontes que podem ser constituídas pelos historiadores. Em uma carta privada, por exemplo, temos um único autor que se dirige a um único leitor. E em um diário temos um autor que se dirige a si mesmo. Mas nos jornais temos um certo número de autores que se dirigem a muitos e muitos leitores⁴. Mesmo que haja em cada grande jornal uma bem definida linha editorial que busca constituir uma identidade e congregar autores parecidos em alguns aspectos, não é possível desprezar o fato de que, por trás de cada jornal, existe uma pequena diversidade de homens e mulheres que lhe dão vida. Por fim, a ‘periodicidade’ – a mais saliente característica dos jornais e de outras fontes similares – permite-nos contrastá-los com todos os tipos de fontes que se apresentam como textos únicos e singularizados. De fato, os jornais, por outro lado, já nascem como uma série que se estende ao longo do tempo. Podem ter uma existência menos ou mais extensa entre o seu nascimento e o seu desaparecimento, e pode ocorrer mesmo o caso de jornais que não ultrapassaram as duas ou três primeiras edições; não obstante, a intenção de se criar um jornal, ou qualquer outro periódico, implica propor a sua continuidade no tempo através de edições-exemplares que pretendem se suceder uma à outra, de acordo com um ritmo ditado pelo seu padrão de periodicidade (o jornal diário, semanal ou mesmo mensal). Para nós, historiadores, isso é importante porque, através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica. Precisamos sempre nos aproximar desta história, pois não faz muito sentido analisar uma edição de um jornal separada das outras que a precederam, a não ser como fonte de reforço para alguma informação mais específica. Mesmo que nos concentremos na edição que veio a público em determinado dia, o olhar para trás, para a série de edições anteriores, é incontornável para a análise historiográfica de um jornal. Para além do que já foi colocado, o ‘efeito de realidade’ que está envolvido no conteúdo de um jornal é outro aspecto fundamental, do

qual falaremos mais adiante. Este traço é também característico de todas aquelas que podemos considerar como ‘fontes realistas’. Tanto quanto um cronista ou viajante que pretende fazer com que seu público acredite em tudo o que está dito no seu relato de viagens, ou quanto o funcionário ou o general que produz os seus relatórios acerca de uma ação cumprida – ou mesmo o hagiógrafo que pretende convencer a sua plateia de crentes acerca da santidade e dos milagres de seu biografado – os jornais também abrigam discursos que se pretendem apresentar como verdadeiros.

Antes de prosseguir, chamo atenção para um aspecto. Habitualmente usamos a palavra “jornal” para nos referirmos ao Jornal como instituição – a empresa que produz jornais (exemplares de jornais) e os vende ao seu universo de leitores compradores – e usamos a mesma palavra ‘jornal’ para nos referirmos a este caderno que agrega um conjunto de textos e que tem uma forma e materialidade definidas, constituindo um objeto cultural de consumo, normalmente descartável. Assim, há o “Jornal” ‘instituição’, e há o ‘exemplar’ ou a ‘edição’ do “jornal” – sendo estas edições de um jornal, aliás, as que depois se transformam em fontes aos olhos do historiador. Usar a palavra jornal para a empresa ou instituição que produz jornais, e usá-las para estes exemplares editados, é inevitável. Entretanto, precisamos distinguir bem quando estamos empregando a palavra em um sentido ou outro. Parece um truísmo, mas um Jornal produz jornais. Posto isto, avancemos em uma compreensão mais bem definida sobre o que é uma empresa ou indústria jornalística, e sobre o que é um jornal como objeto cultural, material, gráfico, informacional e mercadológico, para que depois possamos compreendê-lo como objeto discursivo, político e ideológico.

Máquinas, papel e leitores: os aspectos materiais e sua finalidade humana

Os aperfeiçoamentos na tecnologia impressa permitiram que os jornais assegurassem um patamar cada vez maior para a sua tiragem de exemplares, de modo a atender a igualmente crescente demanda de leitores nas sociedades modernas. Já nas últimas décadas do século XIX, o principal jornal inglês havia alcançado a casa dos 300 mil exemplares para cada tiragem diária⁵. São muito elevados os números de leitores a serem atingidos pelos textos jornalísticos, e isto já traz uma primeira marca de

⁴ Para a relação entre o conteúdo dos jornais e os leitores, cf. Marcondes Filho, 1984, p.85-118 e Matheus, 2013.

⁵ Trata-se do *Daily Telegraph*, jornal fundado em Londres em 1855 e que existe até os dias de hoje (Ortiz, 1998, p.24).

especificidade a este tipo de fontes, quando as comparamos com fontes de recepção mais modesta. Dado o poder de penetração dos jornais nos vários segmentos sociais de uma população, este meio de comunicação se transforma por isso mesmo em um poderoso ator político nas sociedades contemporâneas.

Com relação ao tipo de suporte, habituamo-nos a pensar nos jornais sob a sua forma impressa, embora hoje já sejam comuns os jornais virtuais, e a televisão também tenha possibilitado a emergência dos telejornais. Para períodos anteriores à modernidade, os historiadores também têm conseguido surpreender outras experiências culturais de comunicação e informação que envolveram a publicação periódica – até mesmo em civilizações antigas – o que se dava através de outros meios como a escrita em murais ou a circulação de manuscritos. Todavia, o que realmente possibilitou o surgimento dos jornais propriamente ditos foi a invenção da imprensa. Seu florescimento, entretanto, precisou aguardar o anfiteatro das sociedades industriais europeias, pois foi necessário que às novas possibilidades tecnológicas de impressão se juntassem o processo exponencial de crescimento da alfabetização ocorrido neste período, e também se verificassem melhorias no desenvolvimento da indústria do papel⁶. Máquinas de impressão, seres humanos letrados e papel: eis aqui o tripé sobre o qual se assenta a produção massiva de jornais. Eventualmente, cada um destes apoios se entrelaça ao outro. Assim, ainda no que concerne às características mais gerais dos jornais, devemos salientar sua necessidade de se garantir um baixo custo para o consumidor, o que termina por condicionar a materialidade do exemplar impresso, no caso através do amplo predomínio do uso de um tipo de papel reciclável que ficou conhecido como “papel-imprensa”.

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável – o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto a se tornar parte do cotidiano da vida cidadina e um dos seus símbolos mais imediatos. Comprar jornais para lê-los, ou espiar a sua primeira página de notícias mesmo que no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para um grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias; acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de

um jornal, à passagem da vida em todos os seus aspectos: a política, a vida, a morte exposta nos obituários, a compra e venda anunciada nos classificados, as notícias sobre o país e o mundo, a expectativa da guerra e paz, a sensualidade e o crime, o humor das charges, o gol e a notícia inesperada. Todas estas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna. Também por isso, os historiadores não podem ignorar as fontes periódicas.

O efeito de realidade, produção e circulação

Todo jornal, a não ser que seja um jornal de humor, ampara-se na possibilidade de inspirar e manter em seus leitores a viva convicção de que ali, naquelas páginas ásperas e por vezes levemente amareladas, fala-se efetivamente da realidade, da vida efetivamente vivida, da história que se refaz a cada novo dia, de algo que realmente ocorreu e do qual se dá um retrato fiel e não comprometido por parcialidades – embora a impossibilidade efetiva destas posturas imparciais seja sempre bastante evidente para os analistas de periódicos e também para os leitores mais argutos. O efeito de realidade é de fato uma característica inerente aos jornais. Considerar o jornal como um tipo de ‘fonte realista’ – uma fonte que não obstante pode mentir, distorcer, manipular dados, mas que ainda assim se apresenta ao leitor como interessada em transmitir a realidade – implica aqui compreender que o discurso realista encaminhado pelos jornais nada tem de neutro⁷. De alto a baixo, os jornais são atravessados por posicionamentos em relação à realidade social, os quais se conectam visceralmente a certos interesses políticos, sociais e econômicos. A intenção de agir sobre a sociedade através de seus discursos sobre a realidade, e das informações que selecionam ou mesmo fabricam, é muito característica dos jornais – ou da multiplicidade de autores, profissionais, editores e sujeitos sociais neles envolvidos. É exatamente porque os jornais são instrumentos e campos de lutas, ocultando interesses políticos e sociais que podem ser desvelados através da análise do seu discurso, que eles se tornam particularmente interessantes para os historiadores que pretendem abordá-los ou como objetos de estudo, ou como fontes históricas para o estudo de temáticas diversas. Sem que seja preciso dar como exemplo o caso mais óbvio e gritante das manipulações e distorções, não

⁶ A primeira publicação impressa periódica, com regularidade semanal, surgiu na Antuérpia em 1605, com o *Nieuwe Tijdinghen*. No mesmo ano, Johann Carolus (1575-1634) lançou um impresso germânico que recebeu o nome de *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien*, sendo este voltado para a divulgação muito específica de informações comerciais. Já em Paris, um periódico importante surgiria em 1631, com a *Gazette de France*. Sobre os primeiros impressos periódicos na Europa, cf. Albert e Terrou, 1990, p.3-20.

⁷ Assim, por mais que vincule seu discurso à realidade, “todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro” (Zicman, 1985, p.90).

há nada de neutro na mais simples escolha encaminhada pelo jornal acerca do *que* informar, de *quando* informar, de *como* informar. Os destaques dados a esta ou àquela notícia, as estratégias editoriais diversas, os modos como se busca comover, impactar, indignar ou direcionar os leitores, o posicionamento de uma notícia junto a outra, o tamanho calculado das letras, a escolha de fotos dignificantes ou embaraçosas – existe aqui toda uma infinidade de recursos e procedimentos à disposição dos jornalistas que, ato contínuo, precisam ser cuidadosamente decifrados pelos historiadores. Isto é tanto mais importante quanto mais compreendemos que, desde sempre e cada vez mais, a imprensa tem se imposto como força política singular e incontornável nos tempos modernos. Não é possível tomar o jornal como objeto historiográfico, ou tampouco utilizá-lo adequadamente como fonte histórica, sem partir desta compreensão mínima acerca dos jogos de interesses que atravessam os jornais.

Retenhamos, do que vimos até aqui, este primeiro conjunto de características mais gerais que parecem ser partilhadas por todos os jornais: periodicidade, alcance de modo geral previsto para as massas ou para setores amplos da população, baixo custo para o consumidor, altas tiragens com vistas a atender à demanda de levar a grandes distâncias e recantos sociais a informação e discursos a elas atrelados e, por fim, um declarado compromisso com a fiel retratação da realidade, apesar dos interesses políticos e econômicos nem sempre visíveis que os movimentam nos bastidores. Além disso, torna-se bem característico o jogo de interação entre a informação e a opinião, pois ao jornal não cabe apenas informar, mas também convencer e comover. Eis aqui um conjunto de bem expressivo de aspectos iniciais que devem ser considerados, e que preparam a compreensão das mensagens e dos conteúdos que podem ser encaminhados pelos jornais.

Podemos passar agora aos aspectos relacionados ao discurso e ao conteúdo jornalístico. Para a apreensão mais específica das possibilidades de tratamento dos textos jornalísticos como fontes históricas, é imprescindível compreender, antes de qualquer outra coisa, que todo jornal é envolvido por uma intrincada dialética trinitária que coloca em interação o ‘polo editor’ (1), o conjunto de discursos, conteúdos e mensagens encaminhadas (2), e, por fim, o ‘polo receptor’ (3), o qual se refere aos leitores

habituais ou ocasionais do periódico, sejam estes os compradores do objeto-jornal ou aqueles que têm acesso às suas notícias e matérias por outros meios⁸. Em termos mais gerais, podemos falar na interação efetiva entre o “circuito de produção”, a “mensagem” ou conteúdo, e a “recepção”. Esta tríade de elementos – a *produção*, a *mensagem* (ou a forma-conteúdo) e a *recepção* (ou a finalidade) – constituem de alguma maneira um acorde básico de elementos que se acham envolvidos em quase todos os tipos de fontes históricas, das textuais às visuais e sonoras, e não apenas nos jornais. Nestes últimos, contudo, esta tríade adquire algumas características especiais que já discutiremos. Para o caso das fontes periódicas que abordaremos neste momento, podemos dizer que o circuito de produção e edição de um jornal está sempre inserido, antes de mais nada, no interior de um ‘lugar de produção’ bem demarcado por algumas coordenadas mais amplas. Qualquer jornal, antes de todas as questões mais específicas que devem ser consideradas, é produzido em uma época, no interior de uma sociedade, em um contexto histórico a ser compreendido, sob certas circunstâncias, e a partir de determinadas possibilidades econômicas e materiais que sustentam o seu empreendimento. Deste ‘lugar de produção’ mais amplo, passamos em seguida ao circuito mais específico que permite a elaboração do jornal. Vou denominá-lo aqui de “polo editor”, assim como chamarei de “polo leitor” ao outro campo de forças que com este primeiro polo interage. É entre estes dois campos em interação que são elaborados os conteúdos, discursos, mensagens e informações presentes nas fontes periódicas.

Existe uma permanente e incontornável interação entre o ‘polo editor’ e o ‘polo leitor’, ainda que a decisão ou possibilidade de fundar e manter o jornal em circulação dependa de modo mais imediato dos editores ou dos proprietários do jornal, se este for um empreendimento privado ou comercial. A questão principal é que, se não há leitores (e compradores), não há jornal; a não ser que este seja mantido por alguma instância externa e não seja autossustentável. Ainda assim, as decisões tomadas no polo editor sempre precisarão considerar o polo leitor, uma vez que este constitui a finalidade ou o alvo de todo jornal⁹. Por fim, os próprios discursos, conteúdos e mensagens também dependem desta interação entre o polo editor e o polo leitor. Destaco, de passagem, que a mesma lógica que

⁸ Pode-se ler um jornal, ou ao menos a sua primeira página, na própria banca de jornal que o coloca em exposição, pois outra das características mais salientes dos jornais – que nisso, aliás, os difere das revistas – é que o seu conteúdo já começa a ser exposto logo na primeira página. Pode-se ler ainda o jornal tomando-o de empréstimo àquele que o comprou, ou quando este já foi por ele descartado. Também não é incomum que os hotéis e consultórios médicos disponibilizem exemplares de jornais para a leitura de seus clientes. Por fim, alguém pode se inteirar do conteúdo de um jornal simplesmente apreendendo-o através do circuito da oralidade, ao se pôr à escuta daqueles que o leram.

⁹ Como os jornais não constituem apenas um empreendimento capitalista ou mercadológico, mas também um meio através do qual se pode manipular a opinião pública, pode-se dar que a manutenção de um jornal não autossustentável seja justificável em vista da possibilidade de atender a outros interesses políticos e econômicos. No período anterior à industrialização da Imprensa, inclusive, foi bem comum a manutenção de jornais com recursos externos, que não retornavam através da venda de exemplares. Há também o caso de jornais distribuídos gratuitamente, com vistas a finalidades de propaganda política ou religiosa, entre outras. De todo modo, pagante ou não, o leitor é sempre a referência central da prática jornalística. / Sobre a manipulação do público no período moderno, cf. Abramo, 2016.

irei aqui descrever para os periódicos impressos é igualmente válida para compreendermos os jornais televisivos, que surgiram a partir da segunda metade do século XX. No final do segundo milênio, a revolução digital também introduziu os jornais virtuais e outros modelos similares, os quais trazem consigo as suas próprias especificidades, mas também estes não deixam de funcionar de acordo com uma lógica similar à que estaremos descrevendo. Posto isto, vamos nos concentrar exemplificativamente nos jornais impressos.

Tal como ocorre para diversos outros círculos de produção escrita ou meios de comunicação, também nos jornais diários, ou de qualquer outro tipo de periodicidade, a recepção é, e necessita ser, antecipada pela produção. Isto ocorre, acima de tudo, porque os jornais precisam interessar cada vez mais leitores e/ou vender exemplares para que possam simplesmente existir. Neste sentido, cada jornal moderno precisa procurar atender tanto às demandas de um exigente mercado de anunciantes – os quais pagam pela divulgação de seus serviços e produtos nos classificados de um jornal que esperam que, de fato, seja lido por certas quantidades e tipos de público – como principalmente às demandas diretas advindas de um público de leitores que busca os jornais que mais se sintonizam com o seu perfil¹⁰. O circuito de produção e recepção nos diz que o produtor de um texto – especialmente de um texto inserido em um jornal que precisa dos seus leitores para continuar existindo – deve levar em alta consideração os seus leitores em potencial e imaginar os impactos que o seu texto terá no leitor ideal por ele almejado. Isso condiciona em algum nível tanto o que será dito como o modo como será dito, o vocabulário a ser empregado para o encaminhamento desta ou daquela mensagem, os próprios cuidados para não ferir suscetibilidades, e assim por diante. O redator de um texto – o jornalista que trabalha em um jornal, por exemplo – precisa equilibrar o que quer ou precisa dizer em relação a um jogo de antecipações que leva em consideração tanto os seus leitores como também os seus supervisores no jornal. Conforme ressaltamos anteriormente, estes também irão trazer ao texto as suas exigências e imposições de alterações, as quais procuram antecipar de sua própria parte tanto os olhares leitores como as circunstâncias importantes no momento (pode ser preciso atender a limitações impostas pelo mundo

político, por exemplo). No jornal, o estilo de um texto não pertence apenas ao jornalista que por ele se responsabilizou em certa fase da produção textual. O texto jornalístico é literalmente produto de um trabalho coletivo que apresenta em uma de suas pontas uma complexa hierarquia de interferentes que se superpõe efetivamente ao texto produzido pelo escritor-jornalista – incluindo-se aqui o diretor, o chefe de edição e os preparadores e revisores envolvidos no produto final – e, na outra ponta, a não menos complexa figura do leitor coletivo, se pudermos recorrer a esta pequena metáfora. O historiador Robert Darnton (nascido em 1939), que em certo momento de sua vida trabalhou como jornalista no famoso jornal *The New York Times*, chama atenção sobre como “o poder do editor sobre o repórter, o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias, tal como assinalam os estudos sobre o ‘controle social na sala de redação’” (Darnton, 2010, p.77)¹¹. Entrementes, o historiador americano chama igualmente atenção para as pressões e contrapressões que são habitualmente exercidas e sentidas pelos próprios repórteres no seu âmbito mais horizontal, formado pela rede de relações de uns com os demais. O escritor-jornalista, portanto, tanto escreve para a sua cadeia hierárquica superior – o dono do jornal, o diretor, o redator-chefe e os seus supervisores mais imediatos – como para o público que lerá o seu texto depois de impresso, e, particularmente, também para os outros repórteres com os quais concorre. Por fim, por vezes a contragosto, é sempre conduzido a submeter o seu texto – depois que este já recebeu os reparos, sugestões e alterações propostas pelo editor – aos preparadores e revisores, que irão agregar-lhe as suas próprias alterações. A relação por vezes tensa entre os preparadores e revisores, de um lado, e os jornalistas-autores, de outro, faz do texto jornalístico uma pequena e disputada arena discursiva na qual combatem duas grandes ordens de linguagens: aquela representada pelos jornalistas-autores, que procuram cada qual impor o seu próprio estilo e personalidade autoral, e aquela linguagem única que pretende ser, ao menos nas matérias de autoria não declarada, o estilo geral do próprio jornal como uma entidade maior¹².

Conforme pudemos ver até aqui, o texto jornalístico, particularmente no mundo contemporâneo, é efetivamente um produto complexo, elaborado a muitas mãos e inter-

¹⁰ Autores diversos têm atentado, desde fins dos anos 1960, para o papel da recepção na produção de diferentes tipos de texto. Da *Estética da Recepção*, inaugurada por H. R. Jauss em 1967, às análises de Paul Ricoeur sobre o círculo hermenêutico constituídas pelos diversos tipos de narrativas (1983-1985), já há uma literatura consistente sobre o tema.

¹¹ Darnton trabalhou no *New York Times* nos anos 1964 e 1965. Suas observações sobre o que é a redação de um jornal moderno, com suas complexas demandas e hierárquicas e competitivas redes de interação envolvendo diretores, editores, repórteres e revisores, foram mais tarde publicadas em um texto inserido na coletânea *O Beijo de Lamourette* (Darnton, 2010, p.70-97). Sobre o ponto de vista do jornalista no dia a dia de um jornal, ver ainda Toledo, 1989, p.53-61, e Travancas, 2011. Para uma visão geral da História do jornalismo no Brasil, cf. Romancini e Lago, 2007.

¹² Sobre isto, diz-nos Robert Darnton: “Os preparadores parecem ver as matérias como segmentos de um fluxo ininterrupto de ‘material’ que clama por uma padronização, ao passo que os repórteres consideram cada texto como uma coisa de sua propriedade. Os toques pessoais – observações ou citações inteligentes – satisfazem ao senso de habilidade do repórter e açulam o instinto do preparador em passar a caneta” (Darnton, 2010, p.77).

ferido pelas mais diversas vozes. Nem sempre existiu, é claro, esta vasta divisão de trabalho – expressa tanto pela vida agitada de uma redação na qual cada um parece ter a sua própria função e posição determinada, como também pela igualmente complexa e seccionada estrutura do setor gráfico. Decerto, o mundo das irrequietas redações contemporâneas, e das poderosas rotativas capazes de produzir milhares ou milhões de exemplares por dia, pode ser confrontado historicamente com aquele antigo trabalho artesanal e individual sobre o texto que, não raramente, podia ser realizado por um único jornalista, nos momentos anteriores ao circuito de produção industrial dos grandes e médios jornais contemporâneos. No Brasil oitocentista, por exemplo, eram comuns jornais cujos textos eram basicamente produzidos por um ou dois autores, até mesmo no claustro de um mosteiro ou numa cela de cadeia, sem as sucessivas fases intermediárias de redirecionamento e revisão extra-autorais. Como sempre, é indispensável situar a análise de qualquer texto jornalístico na própria história da imprensa para identificar o nível de complexidade de sua produção e a densidade efetiva de sua polifonia – questão à qual voltaremos oportunamente. Assim como os leitores influenciam, com suas demandas e expectativas, os próprios produtores do texto jornalístico, a produção de um jornal também pode influenciar decisivamente a sua recepção. Há de fato um poder midiático que tem a capacidade de influenciar a opinião pública, e de, com isso, produzir novas demandas, ou mesmo interferir mais diretamente nos destinos de uma nação. Os tempos recentes têm mostrado cada vez mais esse poder da imprensa em influir em setores diversos da opinião pública, e muitos governos já foram derrubados por articulações que incluíram as mídias como forças fundamentais para a interferência no mundo político. A ideia de que a imprensa pode desempenhar a função de um “quarto poder” no mundo político – a qual outrora era empregada positivamente, ao enfatizar o papel da imprensa como denunciadora ou inibidora dos abusos políticos – tem proporcionado nos dias de hoje uma conotação negativa. Se a imprensa pode denunciar abusos, o seu projeto de interferir na sociedade pode se transformar ele mesmo em um irreparável abuso de poder.

Duas ordens de discursos trazidas pelos jornais: a informação e a opinião

Se uma das funções declaradas do jornal é *informar*, outra delas é a de *opinar*. Estas duas lógicas parecem se

confrontar e interagir desde os primórdios da inserção dos jornais nas sociedades industriais e capitalistas. Teríamos, aqui, dois gêneros distintos – o ‘jornal informativo’ e o ‘jornal opinativo’? Mas será mesmo possível ter a informação desligada da opinião? É possível informar – e especialmente com relação a determinado tipo de informes – com plena neutralidade? Ou será que, ao informar isso e não aquilo, e desta maneira e não de outra, já não estamos agindo necessariamente sobre a sociedade, e transmitindo a esta valores muito específicos? O historiador que se proponha a examinar periódicos – seja como objetos, seja como potenciais fontes históricas – deve colocar para si mesmo questões como estas.

Consideraremos, a título de exemplo, o ambiente jornalístico do Brasil no início do século XIX. Dentro do gênero ‘jornal’, designado em sentido mais amplo, já havia dois subgêneros bem reconhecidos pelos leitores oitocentistas: um mais dedicado à informação, outro mais à opinião. Os jornais chamados de ‘gazetas’, em nosso país, ao menos no período que precede a independência, parecem ter sido ali compreendidos como periódicos nos quais deveria predominar o projeto de informar dados mais objetivos, ou pelo menos desligados de uma proposta de análise explícita ou de uma opinião proferida por aquele que elabora o discurso. Não é por acaso que o primeiro jornal oficial e legalmente publicado no Brasil, por iniciativa do governo joanino ao se estabelecer no Brasil, recebeu o nome de *Gazeta do Rio de Janeiro*. Já os ‘jornais’ propriamente ditos seriam aqueles dos quais se esperava uma postura mais analítica, opinativa, erudita, ou mesmo mobilizadora de polêmicas. A comunicação de ideias e opiniões, e a transmissão de informações, conforme se vê, conviviam no jornalismo do século XIX de maneira muito explícita – seja no confronto entre diferentes tipos de jornais, seja em seções distintas de um mesmo periódico¹³.

Vamos nos ater, por ora, aos jornais de opinião do período em questão. Pode-se dizer que, bem pesadas as circunstâncias, a opinião política costumava ser sustentada muito claramente em um setor significativo do universo de periódicos publicados na segunda modernidade (século XIX). Sem o disfarce da isenção, o jornalismo doutrinário e polêmico se afirmava com toda intensidade. É somente com a transição para o século XX, que aqui qualificaremos como uma terceira modernidade, que veremos se estabelecer uma grande imprensa tendente a preconizar – na autoimagem que os jornalistas fazem de si ou tentam passar a seu público – a ideia de que o jornal é principalmente um ‘veículo de informação’. A verdade, entretanto, é que o

¹³ Bem mais tarde, esta distinção entre a ‘gazeta’ e o ‘jornal’ parece desaparecer, e as duas palavras começam a ser empregadas mais livremente como títulos de periódicos, ao lado de outras expressões, como ‘correio’, ‘diário’ e ‘folha’. Tanto assim que a *Gazeta de Notícias*, jornal publicado entre 1875 e 1942, abrigou já inúmeros artigos de opinião e foi o veículo utilizado por José do Patrocínio (1853-1905) para encaminhar suas críticas ao escravismo brasileiro.

jornal nunca deixou de ser um meio de comunicar ideias e de interferir na sociedade a que se destina, faça isto de modo voluntário ou involuntário. A pretensa objetividade das informações, mesmo na aparente exposição mais pura de dados, vem sempre mesclada às opiniões, escolhas e decisões daqueles que elaboram o discurso jornalístico ou que disponibilizam as informações na imprensa. No jornal, as informações e opiniões são duas ordens de discursos que se alternam, interagem entre si, e por vezes se fundem em uma coisa só. Consideremos o jornalismo anterior ao século XX, no qual o caráter doutrinário e opinativo de boa parte dos jornais era de modo geral muito explícito, e as posições políticas e ideológicas dos seus realizadores costumavam ser claramente expostas. Havia jornais cuja própria razão de ser era interferir diretamente no mundo político-social. Na França de fins do século XVIII, a imprensa teve papel central na divulgação dos princípios sustentados pela Revolução, a exemplo do célebre *O Amigo do Povo*, editado por Jean-Paul Marat (1743-1793). No Brasil oitocentista, por exemplo, já desde o ano em que entra em vigor uma política de liberdade de expressão para a imprensa (1821)¹⁴, é possível encontrar diversos periódicos cujos títulos chegam a ser pequeninos discursos em prol de uma posição política ou de outra. Assim, os jornais *O Amigo do Rei e da Nação*, *O Reverbero Constitucional Fluminense*, *O Tamoio* e *A Sentinela da Liberdade*, entre outros, não escondem suas posições por trás de títulos neutros. Estes jornais se voltam declarada e nitidamente para o eixo da opinião, alguns dos quais se dedicando mais particularmente ao enfrentamento de questões políticas específicas tais como o projeto de Independência, nos jornais de vida curta criados em 1821, e outras como a crítica ao Absolutismo ou a defesa da autonomia provincial, em jornais do período subsequente.

Ao lado desta tendência mais demarcada em favor do jornalismo opinativo ou doutrinário, a nova geração de periódicos brasileiros do século XIX continuou a conhecer também periódicos voltados para a variedade informativa, como *O Diário do Rio de Janeiro*, um jornal que publicava principalmente notícias sobre movimentação portuária, leilões, crimes e fugas de escravos. Foi também um jornal essencialmente informativo, mas desde já ideológico por

representar diretamente a Coroa Portuguesa instalada na colônia a partir de 1808, o primeiro jornal legalmente instalado nas futuras terras brasileiras. O principal objetivo da *Gazeta do Rio de Janeiro* parecia ser o de relatar os acontecimentos relacionados às guerras napoleônicas, mas o jornal também desempenhou um papel importante ao passar adiante “informações neutras”, como dados sobre a movimentação portuária ou o oferecimento de serviços e a divulgação de mercadorias¹⁵. Já para dar mais exemplos de uso de títulos que clarificam a posição ideológica do jornal, nos anos em que se mobiliza o debate sobre a Abolição da Escravidão encontramos títulos como *O Abolicionista*¹⁶. Mais tarde, com o projeto republicano, surgiria o jornal *A República*, que nada mais seria do que um porta-voz do movimento que também se alicerçou na fundação do Partido Republicano¹⁷. Conforme se vê, já no próprio século XIX a rede de impressos nacionais inclui a alternância e combinação entre o jornalismo noticioso-informativo, herdado das antigas gazetas, e o jornalismo opinativo, por vezes tendendo, neste último caso, ao jornalismo panfletário voltado para causas políticas muito precisas. A prática jornalística opinativa e doutrinária, por outro lado, estava sempre em pauta como preocupação dos poderes governativos, desde os primórdios da instituição da imprensa no Brasil¹⁸.

Com a transição para o novo século e os primeiros momentos de formação do que logo passaria a constituir uma grande imprensa no Brasil, os títulos de ideologia explícita permanecem apenas no cenário da imprensa alternativa e militante, a exemplo de jornais anarco-sindicalistas como *A Plebe* ou *Ação Direta*. Isso não quer dizer, entretanto, que os jornais da grande imprensa, que passariam a mobilizar amplas tiragens e a se apresentar sob o prisma do ‘meio de informação’, deixariam de representar interesses políticos e econômicos, ou de produzir discursos ligados a projetos de intervenção na sociedade. Quer dizer apenas que os historiadores que se proponham a trabalhar com estes jornais, seja como fontes históricas ou como objetos, precisam dedicar uma atenção especial à compreensão do lugar de produção de cada jornal a partir do entrecruzamento de fontes diversas para além do próprio discurso jornalístico. A

¹⁴ Desde 1808, com a instalação da Imprensa Régia no Brasil por Dom João VI, a circulação de impressos era controlada pela Coroa, que fundara a *Gazeta do Rio de Janeiro* concomitantemente ao estabelecimento da censura prévia, que seria extinta em 28.08.1821. O período seguinte foi beneficiado por intensa efervescência política, e foi bem estudado por Lustosa, 2000. A mesma autora também abordou o nascimento da imprensa no Brasil em outra obra (cf. Lustosa, 2003). Além disso, o primeiro período da imprensa no Brasil também é estudado por Silva, 2009, p.14-29; Neves, 2009, p.55-89; Morel, 2003 e Molina, 2015. Para outros ensaios sobre a Imprensa no Império, ver Neves, Morel e Ferreira (ed.), 2006.

¹⁵ O lugar de produção da *Gazeta do Rio de Janeiro* era a Corte, e o governo português instalado na Colônia foi seu criador-mantenedor. Os editores responsáveis variaram. Em 1815, é o professor da Academia Militar Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838). Cf. Silva, 2009, p.16 e Silva, 2007, p.13. Ver ainda Meirelles, 2007.

¹⁶ Jornal fundado em 30.10.1880 pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Cf. Silva, 2008.

¹⁷ O jornal *A República* foi fundado por Salvador de Mendonça (1841-1913), com seu primeiro número surgindo em 3 de dezembro de 1870. Circulou até 1888.

¹⁸ Durante a permanência da corte portuguesa no Brasil, no período joanino, foi bastante clara essa preocupação de controlar a informação jornalística em desfavor da opinião, mais especificamente no que concerne às notícias políticas. A regra elaborada pelo oitavo Conde dos Arcos (Dom Marcos de Noronha e Brito) para orientar a primeira gazeta privada a que foi permitido circular no Brasil – *A Idade d'Ouro do Brasil*, a partir de 1811 – cobrava do futuro redator que relatasse os fatos políticos “sem interpor quaisquer reflexões que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública” [*Postura do Conde dos Arcos*] (Silva, 2009, p.18). Ver ainda Magalhães, 2013, p.221-262.

abordagem de documentos que revelem filiações políticas, o pareamento de correspondências trocadas pelos jornalistas, as análises de anunciantes, as investigações sobre os circuitos de sociabilidades frequentados pelos editores – estes e mais outros procedimentos podem ser úteis para situar o jornal na sua polifonia de interesses. O importante, de todo modo, é nunca recair na visão ingênua de que um jornal pode ser encarado meramente como um veículo de informação.

Quero registrar, ainda com relação à face informativa dos jornais, que alguns destes podem tanto se apresentar como informadores de todas as coisas, na sua variedade geral, como outros podem se especializar em certos tipos de informação. Existem ou existiram jornais especializados nas informações financeiras e comerciais, como foi o caso, para considerar mais uma vez o universo brasileiro, da *Gazeta Mercantil*, fundada em 1920 como um boletim diário de mercado e atuando como um jornal econômico, a exemplo de outros como *O Jornal do Comércio* ou o *Valor Econômico*. Em outros quadrantes temáticos, as imprensas inglesa e estadunidense já possuem, há muito, um setor da imprensa especializada nas informações sensacionalistas, tal como ocorre também em outros países¹⁹. Existem ainda jornais só de classificados, e outros especializados em divulgar concursos públicos, como a *Folha Dirigida*, que circulou a partir das últimas décadas do século XX. Com relação à faceta declaradamente analítica e opinativa, os jornais também podem ou podiam ser abrangentes, tocando através de suas múltiplas seções nos diversos universos possíveis de interesse, ou então, mais estritamente especializados, dedicando-se a apenas uma modalidade. Esse é o caso, por exemplo, dos jornais literários, que na história do Brasil já aparecem desde os tempos joaninos – com o jornal baiano publicado em 1811 sob o título *As Variedades*²⁰ – até os tempos mais recentes, como é o caso do *Jornal de Letras*, publicado desde 1981 em Lisboa, mas com razoável circulação no Brasil. Entrementes, neste artigo, nosso interesse recai sobre os grandes jornais dedicados ao universo mais amplo da diversificação de assuntos, e que habitualmente mesclam a ordem informativa com a ordem analítica/opinativa. Trataremos mais especificamente daquilo que poderemos chamar de grande imprensa, para abordar agora um novo aspecto que precisa ser considerado pelos historiadores que se dedicam à análise de periódicos: a rede de concorrência formada pelos diversos jornais.

Os jornais e seu circuito de concorrentes

No mundo capitalista, o jornal apresenta uma dupla inserção que também é importante compreender. Se, por um lado, os jornais interagem com um mercado mais amplo através dos anunciantes que lhes asseguram parte do seu sustento, por outro lado os próprios periódicos produzidos também costumam ser constituídos como objetos deste mercado. São vendidos a determinado preço; geram propagandas de si mesmos – além de encaminharem, nas suas páginas de classificados, a propaganda dos produtos dos seus anunciantes. Há aqui, novamente, um público a ser atingido por este mercado – o dos anunciantes de produtos diversos que pagam para dispor anúncios nos classificados do jornal, ao lado da faixa de mercado mais específica que também trata os próprios exemplares do jornal como produtos a serem vendidos. Como se vê, mais uma vez nos encontramos diante desta dialética que se estabelece entre o polo editor do jornal e a recepção formada pelos seus leitores e anunciantes. Por ora, quero apenas ressaltar que o estudo da produção de um jornal é tão importante – para a análise historiográfica de fontes impressas – quanto o exame do público leitor que o jornal atingia ou pretendia atingir. Em um mesmo circuito de produção e circulação de periódicos – como, por exemplo, em uma determinada cidade em certa época – alguns jornais podiam se dirigir a setores diferenciados do público leitor, ou também disputar os mesmos setores de público. Essa observação é importante para darmos a perceber um elemento adicional: o da inserção incontornável de qualquer jornal em uma grande rede de outros jornais que conformam um complexo mercado midiático e o próprio universo de leitores que é afetado pelos jornais. Dito de outro modo, um jornal relaciona-se com seu público e com os leitores possíveis, mas também interage com os demais jornais que com ele compartilham o mercado, se considerarmos o contexto já capitalista industrial da grande imprensa ou o circuito político típico da primeira fase da história da imprensa nos diversos países. A título de exemplo, e de modo simplificado, no próximo item consideraremos a cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, ou, mais propriamente, o recorte correspondente ao período da Primeira República. Este circuito insere nossa análise em um momento peculiar, que é o da inserção

¹⁹ Os jornais sensacionalistas constituem uma modalidade que já traz uma longa história atrás de si. Nos EUA, desde fins do século XIX a designação *Yellow Press* tem sido utilizada para se referir ao setor da imprensa dedicado a esse nicho que busca alcançar grandes margens de público através de um jornalismo que valoriza o acontecimento – muitas vezes abarcando aspectos da vida privada de celebridades. A palavra tem origem na referência ao “Menino Amarelo”, tira pioneira de quadrinhos que era publicada e disputada por dois jornais sensacionalistas sediados na cidade de Nova York: o *New York World* e o *New York Journal American*. Em português, fala-se em uma “Imprensa Marrom”.

²⁰ Esse jornal, publicado em Salvador, trazia um título alternativo: *Ensaio Periódico de Literatura*. É oportuno lembrar, já no Rio de Janeiro, o jornal literário *O Patriota*, que circulou entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814. Sobre este último periódico, ver França, 2005, p.45-55.

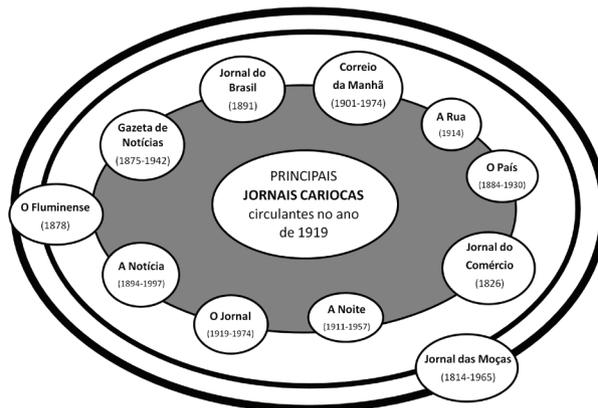
dos jornais em uma indústria cultural de largo alcance, na qual já temos um mercado capitalista que transforma o jornal em um objeto de consumo típico das cidades e cuja produção se ampara nas possibilidades tecnológicas introduzidas por um maquinário de maior porte, capaz de grandes tiragens. A ampla distribuição, além disso, é favorecida pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes como as linhas férreas, que multiplicam suas estações na proximidade do novo século, além da consolidação dos serviços dos Correios²¹.

Exemplos de redes de jornais concorrentes: Rio de Janeiro, em dois momentos

O conjunto de principais jornais das duas primeiras décadas do século XX que estavam circulantes no Rio de Janeiro – lembrando que esta cidade era então a capital do Brasil – pode ser representado conforme o esquema exposto na página seguinte (Quadro 2). Tomamos como referência o ano de 1919, de modo que não aparecem no esquema nem jornais que se extinguíram muito antes desta data, nem jornais que surgiram um pouco depois, como, por exemplo, o jornal *O Globo*, cuja data de fundação é 1925. No interior de cada círculo, indicamos o nome do jornal e, logo abaixo, entre parênteses, os anos de sua fundação e eventual extinção, apenas como uma informação inicial que nos permite situar cada jornal na sua própria história. O fato de que a cidade do Rio de Janeiro era a capital da República, e uma das duas maiores cidades do Brasil (ao lado de São Paulo), também implica que alguns destes jornais tivessem circulação nacional, e não se ativessem apenas ao circuito local-urbano da própria cidade do Rio de Janeiro.

Refletir sobre o alcance do periódico que se tem à frente, compreendendo a sua inserção local e o seu alcance mais global, quando este existe, é um procedimento obrigatório para o analista da fonte. Ainda a propósito da destacada importância do Rio de Janeiro no mapa geral de periódicos do país, vale a pena registrar que somente

Quadro 2: Uma rede de jornais concorrentes. Rio de Janeiro em 1919



esta cidade já concentrava, por ocasião de uma contagem oficial realizada no ano de 1912, vinte e três dos jornais diários publicados no Brasil (cerca de 17% do total de jornais editados no país) ao lado de uma produção igualmente significativa que, na mesma época, estava a cargo de São Paulo, cidade na qual circulavam 17 periódicos diários²². No universo de jornais acima indicado (Quadro 2), pode-se dizer que o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* disputavam mais ou menos um mesmo público, se considerarmos o aspecto social. Eram os jornais lidos pelos pequenos comerciantes, trabalhadores em geral, bem como pelos militares de baixa patente. Com relação ao *Jornal do Brasil*, este periódico diário tinha ainda, por volta de 1920, um grande alcance entre os habitantes dos subúrbios. O lugar social de produção de cada jornal – os seus editores, por exemplo – também trazia repercussões para a linha de ação, captação e capacidade de atingir setores diferenciados dentro deste público. Assim, o *Jornal do Brasil* surgira em 1891 como um jornal monarquista²³. Com a coordenação de Ruy Barbosa, em 1893, tornara-se um jornal republicano legalista que diligentemente se opusera à ditadura do Marechal Floriano Peixoto. Entretanto, sob a gestão dos irmãos Mendes, entre 1894 e 1919, tornara-se um jornal mais popular, de ampla

²¹ Há variações dos analistas quanto ao ponto onde se encontra o corte entre a nova imprensa brasileira, já industrial, e a imprensa mais artesanal, com gestão improvisada. Hoje, tende-se a ver o corte na transição para o século XX. Em um artigo de 1985, R. Zicman preferia traçar a linha de corte nos anos 1945/1950 (1985, p.91). Marialva Barbosa já abre sua obra sobre a história cultural da imprensa no período contemporâneo demarcando uma novidade tecnológica importante, com a primeira década do século XX (2007, p.21-48). Antes disso, a autora já havia tratado do período anterior – o século XIX – em outro volume da mesma obra (2010), o que permite uma comparação interessante entre os dois diferentes padrões de imprensa nos dois períodos. De igual maneira, Ana Luiza Martins e Tania de Luca – em sua *História da Imprensa no Brasil* (2008, p.83-89) – assinalam para a passagem para um período de modernidade técnica com o alvorecer do século XX. Para um parâmetro comparativo com o desenvolvimento da imprensa nas nações europeias, cf. Charle, 2004.

²² Na República com um todo, o levantamento publicado em 1931 sob o título de *Estatística da Imprensa Periódica no Brasil* indica, para o período de 1907 a 1912, cerca de 140 jornais diários. Neste universo, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham a seu dispor cerca de um terço dos periódicos diários publicados em todo o país. Sobre isto, ver Coben, 2008, p.104.

²³ O *Jornal do Brasil* foi fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo Dantas (1855-1901), um pouco animado pelo desejo de defender a monarquia que havia sido recentemente deposta. Nos primeiros anos, o jornal encaminhou uma oposição moderada ao governo recentemente instalado, pois tinha de se precaver contra as restrições da censura, que pesavam sobre muitos periódicos do período. Havia ainda os temores da prática do "empastelamento" – vandalismo que eventualmente visava redações de jornais, tal como ocorreu com o *Jornal do Brasil* em 1891, o que inclusive fez com que o jornal se reorientasse para uma linha mais conservadora.

tiragem, e é neste momento que o visualizamos²⁴. Mas os próprios editores, os dois irmãos que produziam o jornal, tinham pontos de vista distintos no que concerne à política, sendo um republicano e outro monarquista – o que já abria um espaço de diversidade no próprio seio do corpo editorial-proprietário.

O grande rival do *Jornal do Brasil* no que concerne ao público popular que buscava atingir – o *Correio da Manhã* – apresentava-se ainda mais francamente como um campo de oposição ao governo e como uma voz, ou conjunto de vozes, ocasionalmente a favor das lutas e reivindicações dos movimentos sociais²⁵. Outrossim, este periódico queria projetar a autoimagem de um jornal capaz de imparcialidade política. Com este perfil, ainda que compartilhando ou disputando como público-leitor os mesmos extratos sociais, o *Correio da Manhã* expressava uma tendência um pouco mais à esquerda, ou beneficiava melhor as demandas críticas em relação ao governo, embora se deva assinalar que o *Jornal do Brasil* não era propriamente uma voz a favor do governo. Já a *Gazeta de Notícias* e o *Paiz* demarcavam um posicionamento político mais favorável aos governos da Primeira República. No sentido mais específico de apoio ao sistema constituído, o *Paiz*²⁶ era considerado o jornal carioca mais conservador na primeira metade do século XX e chegou a ser apedrejado por populares mais de uma vez em decorrência de suas posições. O jornal tanto apoiava como eventualmente até mesmo se abria como espaço para pronunciamentos de membros do governo. Essa inflexão governista permitia que jornais como o *Paiz* ou a *Gazeta de Notícias*²⁷ atingissem e tocassem, no que concerne mais propriamente à perspectiva política, um outro setor do público-leitor. Além disso, os dois jornais não tinham

o alcance popular do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã*. Neste aspecto, podemos dar o exemplo de o *Paiz*, jornal que havia sido dirigido em 1884 pelo presidente do Partido Republicano, o célebre Quintino Bocaiuva (1836-1912). Conforme bem atestam os historiadores que o estudaram, o jornal voltava-se principalmente para um público de intelectuais e estudantes de nível superior, mas particularmente se matizava pelo seu caráter conservador em relação aos governos da Primeira República²⁸.

Havia ainda um quinto jornal importante no cenário carioca da época – o *Jornal do Comércio* – o qual se matizava pelo seu interesse bem mais específico em trazer informações de cunho comercial e econômico, o que se expressava no próprio título, e que, de modo geral, pautava-se por uma orientação mais conservadora no quadro político²⁹. Outros jornais menores também ajudavam a compor o universo de periódicos no Brasil da Primeira República. Podemos citar *A Rua*³⁰, *A Notícia*³¹, e também o *Jornal*, periódico fundado precisamente em 1919 a partir de uma dissidência em relação ao *Jornal do Comércio*³². O periódico diário *O Fluminense*, que indicamos à esquerda no esquema, em um lugar situado mais fora da curva, era na verdade um jornal sediado em Niterói, mas com alguma circulação na capital e já tendo contado com a colaboração de intelectuais da envergadura de Euclides da Cunha³³. Já nem mencionaremos, apesar da sua grande relevância política, uma série de jornais sindicais e vinculados a associações específicas, os quais já estavam fora daquilo que podemos conceituar como uma grande imprensa em formação. Jornais como *A Plebe*, o *Ação Direta*, ou *A Voz do Trabalhador*³⁴, circulavam, de fato, em ambientes

²⁴ Em 1900, o *Jornal do Brasil* chega a 60 mil exemplares impressos por dia, a maior marca da América Latina.

²⁵ O *Correio da Manhã*, fundado por Edmundo Bittencourt e anunciado desde o seu primeiro editorial como um “jornal de opinião”, circulou entre 15 de junho de 1901 e 8 de julho de 1974. Foi um jornal caracteristicamente de oposição na primeira metade do século XX, colocando-se criticamente em relação a quase todos os presidentes da república no período, o que lhe rendeu perseguições e suspensão de funcionamento em várias ocasiões – a exemplo da suspensão entre agosto de 1924 e maio de 1925 por ter apoiado o levante do Forte de Copacabana em 1922. Também contou com nomes importantes da literatura em seu plantel de redatores, entre os quais o poeta Carlos Drummond de Andrade e os escritores Antonio Callado e Lima Barreto. Este último, que começara a atuar como cronista crítico no *Correio da Manhã* em 1905, mais tarde satirizou a redação do jornal no livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909).

²⁶ O *Paiz* foi fundado pelo imigrante português João José dos Reis Junior em 1º de outubro de 1884, mantendo-se em circulação até 1930. Seu primeiro redator-chefe foi Rui Barbosa (1849-1923), logo substituído por Quintino Bocaiuva (1836-1912). Além deste último, o jornal contou com vários líderes republicanos como redatores-chefes. Em 1930, após-se ao golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas na chamada “Revolução de 30”. Talvez por isso, sua sede tenha sido vitimada pelo incêndio ocorrido no mesmo ano. O jornal *O Paiz* foi estudado por Pessanha, 2006.

²⁷ A *Gazeta de Notícias* foi fundada em 2 de agosto de 1875, circulando até 1942. No último quartel do século XIX, havia sido antimonarquista e abolicionista, abrigo, em 1879, os artigos antiescravagistas de José do Patrocínio (1853-1905). No seu plantel de autores, contou com literatos como Machado de Assis, O. Bilac e Euclides da Cunha.

²⁸ O público leitor de o *Paiz*, bem como de outros jornais da época, foi rastreado por Marialva Barbosa através das cartas que os leitores enviavam à redação dos jornais (2010, p.219-226). Este tipo de rastreamento, quando possível, constitui um dos recursos dos historiadores para apreender a recepção de um jornal.

²⁹ O *Jornal do Comércio* era então o mais antigo periódico da América Latina. Derivou do *Diário Mercantil*, fundado em 1824, e recebeu seu nome definitivo em 1827. A essa altura, o *Diário do Rio de Janeiro*, outra folha comercial que havia sido fundada em 1821 para se tornar um dos primeiros periódicos diários do Brasil, já havia sido extinto (1878). Antes deste último, foram mais antigos, embora com vida bem mais curta, o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos fundados em 1808 e extintos em 1822.

³⁰ A *Rua* foi fundada por Viriato Correa em 1914 e exerceu uma forte oposição ao governo Hermes da Fonseca. Circulou até 1927.

³¹ O jornal vespertino *A Notícia* foi fundado em 1894 por Manuel Jorge de Oliveira Rocha, apelidado “Rochinha”. Em 1924, o periódico foi adquirido por Cândido de Campos, vindo a fechar em 1930, até ser reaberto na década de 1950 ao ser comprado por Adhemar de Barros e Chagas Freitas, os quais já constituíam o grupo jornalístico ligado ao jornal *O Dia*. Nas décadas de 1980 e 1990, *A Notícia* perde a sua natureza política e passa a disputar o mercado de jornais que noticiavam crimes violentos e que exploravam as demandas sexuais.

³² O *Jornal* foi fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes, antigo editor do *Jornal do Comércio*, que rompeu com este periódico. A historiadora Tania de Luca, inclusive, observa que o próprio título do periódico – “O Jornal” – já era de si uma provocação ao *Jornal do Comércio*, já que era assim que os leitores costumavam se referir a este último periódico (Luca, 2008, p.161). Em 1944, o *Jornal* foi comprado por Chateaubriand.

³³ O *Fluminense* foi fundado em maio de 1878 e ainda está em circulação, o que o coloca como o sexto jornal, ainda em circulação, editado no país, e como o mais antigo do estado do Rio de Janeiro ainda existente.

³⁴ *A Voz do Trabalhador* foi um periódico controlado pela liderança anarco-sindicalista e circulou, em duas fases, entre 01.06.1908 e 09.12.1909, e entre 1º de janeiro de 1913 e 8 de junho de 1915. Cf. Ferreira, 1988.

mais específicos, com perfis de politização relacionados aos movimentos sociais e ao mundo do trabalho, além de serem elaborados fora da linha de produção industrial.

O Quadro atrás esboçado visa apenas mostrar que, em um mesmo universo de circulação de periódicos, tínhamos alguns jornais que disputavam a atenção das camadas populares – como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* – e alguns que se voltavam para públicos mais bem situados economicamente, como era o caso de *O Paiz*. Já o *Jornal do Comércio* nos traz a perspectiva de uma nítida especialização nas suas temáticas de interesse, o que também redefine o público ao qual o periódico tem acesso. Além disso, do Império aos governos da Primeira República, este periódico sempre se mostrou favorável à “situação”, agregando-se ao âmbito dos jornais conservadores. Seus leitores habituais eram os grandes comerciantes, os homens de negócios, a aristocracia cafeeira, os altos funcionários do governo, a elite política. Era também o periódico mais caro, o que também contribuía para delimitar um tipo de público comprador³⁵.

Se a especialização nos aspectos comerciais e financeiros podia demarcar um setor de público a ser atingido por um jornal, o nível de linguagem e a seleção de temáticas e assuntos abordados também traziam implicações importantes para a competência leitora e para a captação de determinados setores de público em detrimento de outros. *A Imprensa*, jornal que a certa altura passa a ser editado por Ruy Barbosa, evitava explorar as notícias sensacionalistas e investia mais no debate político e intelectualizado, competindo neste último aspecto com o *Paiz*, mas dele diferindo pelo posicionamento político. Também se aproximava dos modos de expressão encaminhados por estes jornais a *Gazeta de Notícias*, periódico que, adicionalmente, primava por um estilo mais literário em decorrência da presença de vários escritores entre seus redatores. Já *A Notícia* se distanciava destes três jornais e disputava um espaço leitor similar ao visado pelo *Jornal do Brasil* e pelo *Correio da Manhã*, cultivando os modos de expressão correspondentes ao público almejado.

O Quadro 2, atrás delineado, não esgota toda a rede de impressos nos primeiros quadrantes do século XX, conforme já ressaltamos, mas apenas expõe os jornais de maior estabilidade e circulação. Poderíamos evocar também um segundo cenário concorrente, que perdura desde a proclamação da República até 1927, configurado por uma efervescente, mas instável rede de jornais político-partidários voltados para os trabalhadores. Habitualmente, costumavam ser produzidos por intelectuais e

lideranças trabalhistas de orientação anarco-sindicalista. Ao contrário dos grandes e médios periódicos apresentados no esquema anterior, estes jornais se debatiam contra circunstâncias que não lhes permitiam uma periodicidade constante nem tiragens mais expressivas. Por vezes, seus líderes e produtores eram perseguidos e, nos casos daqueles que fossem estrangeiros, alguns deles foram deportados. Não obstante, estes jornais de esquerda também disputavam ou compartilhavam, à sua maneira, um certo setor do público trabalhador e tiveram um papel importante na vida política da classe operária.

Com estes exemplos, apenas ressaltamos que o uso dos jornais como fontes históricas não pode prescindir de um conhecimento de seu público receptor, assim como é igualmente necessário conhecer os seus lugares de produção, considerando ainda que o polo da produção interage ativamente com o polo da recepção, e vice-versa. Além disso, em algum momento os jornais têm que ser confrontados, pelo menos para situar a análise, com a rede de outros jornais que os cercam, disputando ou compartilhando os mesmos setores de público, ou atingindo setores de público que outros jornais não atingem. No interior desta rede, os jornais posicionam-se em um campo e disputam anunciantes, além de agregarem objetivos extraeconômicos, como o de interferir na política ou no comportamento coletivo. No período que acabamos de ver, alguns jornais já faziam parte de uma grande imprensa em formação, de modo que foi preciso considerar a rede de jornais em concorrência sob o prisma do mercado. Para complementar nossas observações sobre as redes de concorrência que se estabelecem entre os jornais, será oportuno recuarmos agora para outro momento – o da formação da imprensa no Brasil. Com isto teremos a oportunidade de vislumbrar uma rede de jornais que atende a demandas distintas, não mais propriamente configurando um mercado tipicamente capitalista, uma vez que muitos dos jornais oitocentistas apenas se mantinham como podiam, com vistas a atender seu principal objetivo, que era a divulgação de ideias, sem buscar mais propriamente o lucro. A rede de jornais em concorrência, neste momento anterior, prossegue como aspecto fundamental a ser considerado pelos historiadores, mas agora esta rede tem mais do que tudo um sentido político. De fato, os jornais já se mediam uns em relação aos outros, alinhavam-se e se desalinhavam, opunham-se mutuamente, por vezes publicavam duras matérias diretamente contra os seus opositores, ancorados nos jornais concorrentes. Mas não era tanto uma rede econômica que aqui se formava.

³⁵ Este último aspecto, o preço do jornal, constitui uma informação importante para qualquer historiador que toma um certo periódico como fonte. O preço também ajuda a definir o polo receptor, tornando o jornal mais acessível para certos setores do público-leitor. Em uma relação inversa, também a necessidade de se conservar o público pode pressionar o preço.

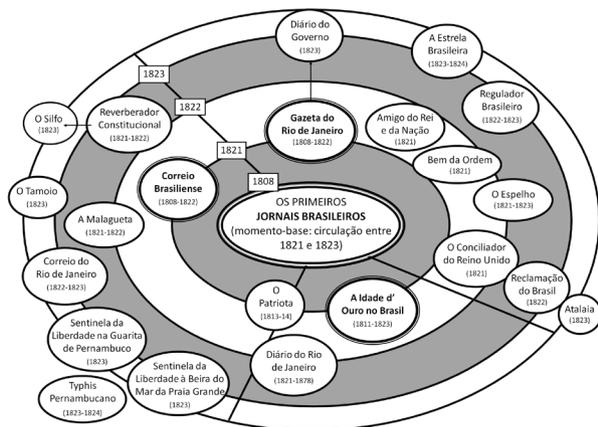
Recuamos agora, do mundo capitalista da imprensa industrial, que vislumbramos no esquema anterior – com suas agitadas redações organizadas sob o prisma de uma hierarquizada divisão de trabalho e pautadas na expectativa de venda para um público-leitor de massa – para o mundo voluntarioso de um jornalismo que precisava basear-se em outras formas de sustentação que não o retorno do lucro proporcionado pela venda de exemplares produzidos em grandes tiragens. Esse outro mundo, anterior ao da imprensa que tem nas redações agitadas e na banca de jornal o seu signo visual, era um mundo de iniciativas nas quais a produção de um jornal podia ser acionada de uma residência, de um claustro, mesmo da cela de uma cadeia, por homens que acima de tudo queriam divulgar suas ideias políticas e não ocultavam seu desejo de agir sobre a sociedade atrás de um discurso de neutralidade. Teremos ali, conforme nos indica o Quadro 3, uma rede de jornais concorrentes que buscavam interferir na sociedade através de projetos políticos explícitos e declarados, embora convivendo com outro subgênero de jornais que eram conhecidos como gazetas, e que procuravam se manter fora da polêmica política sob o pretexto de trazer apenas informações.

O Quadro 3 toma por base os anos de 1821 a 1823, mas recua, na direção do centro, ao momento gestante das primeiras experiências da imprensa no Brasil: 1808 – quando a Família Real chega ao Brasil, e uma das primeiras medidas do Príncipe Regente é a instituição da Imprensa Régia. Esta instituição se responsabilizava por imprimir todos os documentos e avisos relacionados a ações do novo governo. A impressão de jornais, um horizonte que se tor-

na agora possível, seguirá muito controlada pela Corte, que praticará a censura prévia mesmo em seu próprio jornal, fundado em 10 de setembro com o título de *Gazeta do Rio de Janeiro*. Antes deste jornal, contudo, já havia sido lançado um jornal sem autorização da Coroa, com impressão em Londres e pioneiro do gênero de jornais críticos no Brasil: o *Correio Brasiliense*. Os dois jornais podem ser localizados no esquema bem próximos ao centro, e seu contorno foi reforçado para chamar atenção para o fato de que estes periódicos inauguram, no Brasil, dois estilos de imprensa. As gazetas, conforme definições da própria época, eram jornais que se dedicavam à narração de acontecimentos (no caso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, as grandes notícias eram as lutas napoleônicas, que então se davam na Europa) e à divulgação de informações objetivas, como os atos do governo, a movimentação nos portos, e ainda avisos de serviços que prenunciam as seções de classificados que hoje em dia são tão típicas de todos os jornais.

Via de regra, as gazetas desta época – um subgênero mais específico de jornalismo que já aparece descrito por Voltaire na *Enciclopédia* iluminista publicada na França – não costumavam desenvolver qualquer jornalismo de opinião e tampouco investiam em questões polêmicas. Alguns autores discutem como esse tipo de periódico era apropriado para as monarquias absolutistas do Antigo Regime, em atenção às quais se desejava desmotivar matérias muito polêmicas³⁶. As polêmicas, no entanto, tinham chegado aos jornais com os acontecimentos revolucionários da França e haviam tido um papel especialmente relevante na derrubada da monarquia absolutista. Na Inglaterra do século XVII, esse jornalismo crítico também se prenuncia. No Brasil, a imprensa crítica é introduzida precisamente pelo primeiro jornal brasileiro, que precede clandestinamente a gazeta fundada oficialmente pelo governo joanino. O *Correio Brasiliense*, fundado, elaborado e posto a correr por Hipólito da Costa, abre caminho para uma série de jornais críticos que surgiriam entre 1821 e 1823³⁷. Tanto este jornal como seus análogos surgidos posteriormente terão um papel particularmente ativo no movimento pela Independência do Brasil. A intenção do esquema é apenas mostrar os jornais diante de seus concorrentes ou aliados, e o ambiente político – pois neste momento a política propriamente dita é mais importante como definidor da rede de jornais circulantes do que os aspectos econômicos, ao contrário do que se verificou no esquema relativo aos jornais da Primeira República. Um pouco acima do *Correio Brasiliense*, situei um jornal chamado *O Revérbero Constitucional Fluminense*, fundado em 1821

Quadro 3. Os primeiros jornais brasileiros (momento base: 1821-1823)



³⁶ Um estudo que confronta as tradicionais gazetas, típicas do Antigo Regime, e os jornais de opinião, a exemplo da imprensa brasileira no século XIX, foi elaborado por Marco Morel (2009, p.153-181).

³⁷ Sobre Hipólito da Costa, cfe. Lustosa, 2019 e Lustosa e Dines, 2003.

por Gonçalves Ledo e Januário Cunha Barbosa. Ambos eram maçons, assim como Hipólito da Costa – fundador do *Correio Brasiliense* – também o era. A maçonaria, como se sabe, teve um papel importante seja na organização de parte da imprensa, em muitos países, seja na condução de movimentos revolucionários ou na difusão de ideias iluministas³⁸. O terceiro jornal brasileiro também é inaugurador de um terceiro subgênero. Trata-se de *A Idade d'Ouro no Brasil*, fundado pelo comerciante português Silva Serva em 1811, com autorização do governo joanino. Este seria um jornal analítico – dedicado a assuntos culturais diversos – mas não político. Difere, portanto, das gazetas, mas também não está relacionado com o jornalismo polêmico e atuante dos jornais maçons que indicamos – o *Correio Brasiliense* e o *Revérbero Constitucional Fluminense*, cujos jornalistas-fundadores também fundariam *O Silfo*, em 1823. *A Idade d'Ouro* era um jornal especializado, no caso em aspectos culturais, e por isso situei próximo a este jornal o *Diário do Rio de Janeiro*, que também era um jornal especializado, mas nos assuntos pertinentes ao comércio. Estes jornais não se propunham à crítica política.

No esquema proposto, estabeleci três divisões com as linhas pretas reforçadas. Há o setor dos jornais críticos, à esquerda – inaugurado pelo *Correio Brasiliense* e daí descendo para uma diversidade de jornais críticos que pode ser exemplificada com *A Malagueta*, o *Correio do Rio de Janeiro*, e *A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande* – um jornal carioca que dialogava com o famoso jornal pernambucano organizado por Cipriano Barata: *A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*. O *Tamoio*, à esquerda do quadro, representa uma situação que deve ser considerada pelos historiadores: a flutuação política dos jornais, que podem passar do apoio à crítica do governo. O jornal foi fundado em 1823 pelos irmãos Andrada, que haviam participado predominantemente do governo de Dom Pedro desde a transferência de Dom João VI para Portugal, e que, depois da Independência, continuaram a dominar o cenário político. Até que, em 1823, são destituídos de seus poderes junto ao governo e, por isso, passam à oposição crítica.

A seção oposta, mais à direita, é o lugar onde foram situados os jornais conservadores e governistas. Enfileirados no canto inferior direito, dentro da seção pró-governista do esquema, há três jornais sucessivamente fundados pelo famoso Visconde de Cairu: *O Conciliador do Reino Unido* (1821)³⁹, *Reclamação do Brasil* (1822) e

Atalaia (1823). Poderia ter sido incluído, próximo a estes jornais, um panfleto apócrifo – ou um ‘jornal interrompido’, conforme o ponto de vista – que surge na cena jornalística com o título de *O Despertador Brasiliense* (1821). Trata-se de um libelo atribuído ao Visconde de Cairu, que teve grande importância para ajudar a aflorar os sentimentos que se opuseram às medidas recolonizadoras que estavam em vistas de serem impingidas pelos portugueses da Revolução do Porto, o que terminou por conduzir ao episódio do Fico, exigindo a permanência de Dom Pedro I no Brasil e preparando o caminho para a Independência. O Visconde de Cairu, personagem em geral conservador na história da imprensa, sintonizou-se aqui, extraordinariamente, com a imprensa radical, que incluía uma ala independente e uma ala maçônica. Na mesma seção, também situei os jornais governistas propriamente ditos. Diversos deles, segundo um padrão de alinhamento que foi introduzido pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, foram apoiados ou mesmo financiados pelo poder régio, como foi o caso do jornal *O Espelho*, circulante entre 1821 e 1823. Alguns destes jornais explicitam seus projetos de alinhamento ao governo nos próprios títulos, como foi o caso do *Amigo do Rei e da Nação* e do *Bem da Ordem*, ambos fundados em 1821, ou do *Regulador Brasileiro*, circulante entre 1822 e 1823. Não incluí alguns jornais, por dificuldade de administrar o espaço limitado do esquema, mas poderia citar na mesma série outros periódicos como *A Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, um jornal circulante entre 1821 e 1822. Na seção menor, na parte de baixo do esquema, reservei um espaço para representar os jornais especializados, que não entravam propriamente na polêmica política que agitava a imprensa brasileira em formação, naqueles três anos que vão da movimentação pela Independência, em 1821, à dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823. Já mencionei dois exemplos destes jornais que se direcionam para uma terceira via, o especialismo, seja na cultura, no comércio, ou outros âmbitos. O modelo pioneiro foi o já mencionado periódico baiano *A Idade d'Ouro no Brasil*, fundado em 1811 para se tornar o terceiro jornal brasileiro. E o *Diário do Rio de Janeiro*, um jornal voltado prioritariamente para o comércio, teria vida longa desde a sua fundação em 1821.

Considerada a rede que exemplificamos com o Quadro 3, o historiador-analista, que certamente tem os seus próprios problemas históricos em vista, deve ter sempre em mente que as questões que animaram os

³⁸ Outros jornais em defesa do constitucionalismo, à maneira do *Revérbero Constitucional*, também surgiram em outras partes do Brasil. Pode-se dar como exemplo o jornal pernambucano *O Alfaiate Constitucional*, publicado em 1821. Cf. Bernardes, 2006, p.309.

³⁹ Outros “conciliadores” surgiram em outras partes do Brasil, como foi o caso do *Conciliador do Maranhão*, lançado em 15.04.1821 ainda sob a forma de um jornal manuscrito, e daí passando a impresso a 10.11.1821. A situação mostra-nos mais algumas possibilidades da imprensa. Os jornais podiam incluir, em algum momento, a forma manuscrita. É oportuno ressaltar que, de conciliador, o jornal não tinha nada, uma vez que era francamente favorável aos interesses portugueses e áulicos. Quanto ao seu período de circulação, o *Conciliador do Maranhão* foi publicado bissemanalmente até 23.06.1823, tendo seu nome reduzido, depois, para *Conciliador*, simplesmente. Cf. Sodré, 1999, p.58.

jornalistas oitocentistas foram distintas das que moveram os jornalistas atuantes na primeira metade do século XX (Quadro 2). Vou apenas evocá-las, exemplificativamente. Uma contradição fundamental do espaço social e político no qual atuavam os jornalistas do Vice-Reino, e também da primeira fase do Brasil independente, era a oposição dos indivíduos que se identificavam com o Brasil – muito habitualmente chamados *brasilienses* – em relação aos indivíduos que se identificavam com os portugueses, que mais tarde seriam referidos como *reinóis* [*reinóis?*]. Não se tratava só de nascimento, pois muitos dos brasileiros eram portugueses (nascidos em Portugal, não na colônia) que se identificavam com o Brasil. Essa oposição de identidades era um dos temas que animavam, de um lado e de outro, os jornalistas do período.

Os embates em torno da luta pela Independência, e sua posterior conservação, constituíam outro aspecto visível. Nem sempre tão visível, mas igualmente estruturante, era o pertencimento de muitos dos intelectuais e políticos brasileiros à sociedade secreta da maçonaria, a qual tinha as suas próprias representações nos jornais, o que gerava eventuais confrontos da parte de outros jornalistas que não compartilhavam o mesmo pertencimento. O nível de poderes que deveria ter o monarca na nova ordem independente era outra questão que dividia os políticos e jornalistas no período considerado. Havia ainda a questão da autonomia federativa. Os jornais críticos de Pernambuco – a *Sentinela da Liberdade* produzida por Cipriano Barata (1762-1838), e o *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca (1770-1825), lutavam principalmente por esta questão, defendendo através de seus jornais uma posição a favor da autonomia pernambucana. De igual maneira, o apoio nas ideias iluministas era uma luz geral que se espalhava sobre diversos dos homens de imprensa no período considerado. As questões que estruturam o contexto desta ou daquela rede de jornais dialogantes e concorrentes, mesmo que haja outro problema histórico a ser examinado centralmente, devem ser pautadas pelos historiadores empenhados em compreender melhor o seu universo de fontes.

Algo importante a dizer é que todos os jornais que evocamos neste último item, relativos ao Brasil do século XIX, dirigiam-se a um público letrado e ativo politicamente. O número de indivíduos alfabetizados ainda não tinha crescido o suficiente, como ocorreria já nas primeiras décadas do século XX, de modo que estes jornais funcionavam à base de pequenas tiragens. Eram produzidos também por pequenas equipes, parcerias de dois jornalistas, ou mesmo um só indivíduo, configurando-se aqui um modelo ainda artesanal de produção jornalística. Estes momentos da história da imprensa em determinada sociedade precisam ser sempre considerados pelos historiadores que analisam

jornais, seja como objetos, seja como fontes históricas. Um jornal inserido na rede de mercado que prenuncia a formação de uma grande imprensa, conforme vimos neste artigo – ou um jornal inserido na rede artesanal de jornais que se digladiam politicamente, tal como registramos no quadro anterior – apresentam demandas diferentes, e conseqüentemente obrigam a olhares diferenciados da parte dos historiadores.

Neste artigo, pudemos ao mesmo tempo considerar aspectos metodológicos que devem ser considerados na análise historiográfica de jornais, e abordar exemplificativamente duas diferentes redes sincrônicas de jornais na História da Imprensa no Brasil, mostrando como – ao lado dos jornais diários nestes dois momentos possuem um conjunto de características como a publicização, periodicidade e outras – cada um destes momentos, não obstante, traz suas próprias implicações derivadas do fato de estarem associados a dois momentos diferentes na história dos recursos técnicos da imprensa, a dois diferentes contextos econômicos, à possibilidade de permitirem ou não uma maior tiragem e atingir ou não um circuito mais amplo de leitores, e ao envolvimento ou não de um maior número de agentes comprometidos com a sua produção.

Referências

- ABRAMO, P. 2016. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo, P. Abramo, 89 p.
- ALBER, P.; TERROU, F. 1990. *História da imprensa*. São Paulo, Martins Fontes, 121 p.
- BARBOSA, M. 2007. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro, Mauad C, 266 p.
- BARBOSA, M. 2010. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro, Mauad C, 262 p.
- BARBOSA, M. 2013. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 392 p.
- BERNARDES, D. 2006. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. Recife, Editora Universitária UFPE, 651 p.
- CHARLE, Ch. 2004. *La siècle de La presse*. Paris, Seuil, 415p.
- COBEN, I. S. 2008. Diversificação e segmentação dos impressos. In: T. LUCA; A. L. MARTINS (ed.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, p.103-130.
- DARNTON, R. 2010. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras, 220p.
- FERREIRA, M. N. 1988. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 112 p.
- FRANÇA, J. M. de C. 2005. O Patriota e a invenção de padrões literários. In: I. LUSTOSA (ed.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 45-55.
- JAUSS, H. G. 1978. *Pour une Esthétique de la Réception*. Paris, Gallimard, 312 p.
- LUCA, T. R. de. 2008. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: T. LUCA; A. L. MARTINS (eds.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, p.149-175.
- LUCA, T. R. de. 2005. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In:

- C. B. PINSKY *et al.* (ed.). *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2011, p.111-153.
- LUSTOSA, I. 2000. *Insultos impressos*. São Paulo, Companhia das Letras, 497 p.
- LUSTOSA, I. 2003. *O nascimento da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 66 p.
- LUSTOSA, I. 2019. *O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas, Editora da Unicamp, 288 p.
- LUSTOSA, I. (ed.). 2008. *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 536 p.
- LUSTOSA, I.; DINES, A. (ed.). 2003. *Hipólito da Costa e o Correio Brasileiro*. São Paulo-Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Correio Brasileiro, 754p.
- MAGALHÃES, P. A. I. 2013. Ignacio José de Macedo: da Idade d'Ouro ao Velho Liberal do Douro (1774-1834). *Revista IGHB Salvador*, 108:221/262.
- MARCONDES FILHO, C. 1984. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo, Kairós, 170 p.
- MATHEUS, L. 2013. Leitor e cotidiano na história do jornalismo. *Mídia e Cotidiano*, 1:44-59.
- MEIRELLES, J. G. 2007. A Gazeta do Rio de Janeiro: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821). *Comunicação & Sociedade*, 29(49): 27-41. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v29n49p27-41>
- MOLINA, M. 2015. *História dos jornais no Brasil – da Era Colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo, Companhia da Letras, 509 p.
- MOREL, M. 2009. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: L. M. N. NEVES (ed.). *Livros e impressos – retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro, EdUERJ, p.154-184.
- MOREL, M.; BARROS, M. M. 2003. *Palavra, imagem e poder – o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 130 p.
- NEVES, L. M. B. 2009. Dos 'avisos' de jornais às resenhas como espaços de consagração. In: L. M. B. NEVES (ed.). *Livros e impressos – retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro, EdUERJ, p.55-89.
- NEVES, L. M. B.; FERREIRA, T. M. B.; MOREL, M. (ed.). 2006. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, Faperj/DP&A, 448 p.
- ORTIZ, R. 1988. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 222 p.
- PESSANHA, A. S. da S. 2006. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e Abolição*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 211 p.
- RICOEUR, Paul. 2010. *Tempo e narrativa*. São Paulo, Martins Fontes, 498 p.
- ROMANCINI, R.; LAGO, C. 2007. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis, Insular, 276 p.
- SCALZO, M. 2003. *Jornalismo de revista*. São Paulo, Contexto, 112 p.
- SILVA, M. B. N. da. 2007. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) – cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 289 p.
- SILVA, M. B. N. da. 2009. A imprensa periódica na época joanina. In: L. M. B. NEVES (ed.). *Livros e impressos – retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro, EdUERJ, p.15-30.
- SILVA, L. D. (ed.). 1988. *A imprensa e a Abolição*. Recife, Fundaj, 186 p.
- SODRÉ, N. W. 1999. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, MauadX, 501 p.
- TOLEDO, R. P. de. 1989. 24 horas na vida de um jornal. In: L. RITO; M. E. ARAÚJO; C. J. M. ALMEIDA, *Imprensa ao Vivo*. São Paulo, Rocco, p.53-61.
- TRAVANCAS, I. 2011. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo, Summus, 166 p.
- ZICMAN, Renée Barata. 1985. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto-História*, 4:89-102.

Submetido em: 02/08/2020

Aceito em: 05/10/2020